



Assembleia Municipal de Chamusca

ACTA Nº 3/2009

--Acta da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Chamusca, realizada no dia treze de Março de dois mil e nove. -----

--Aos treze dias do mês de Março de dois mil e nove realizou-se a **Sessão Extraordinária**, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

--1. Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas – Minuta de Contrato de Empréstimo com Direcção Geral do Tesouro – Análise e Aprovação. -----

--2. Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas – Contrato de Empréstimo com Caixa Geral de Depósitos – Análise e Aprovação. -----

--3. Contrato Programa para Apoio à Construção de Infraestruturas da Zona Industrial da Parreira – Associação de Desenvolvimento Industrial da Freguesia da Parreira – Análise e Aprovação. -----

--4. a) AR – Águas do Ribatejo, EIM / Águas e Saneamento – Tarifário e Acesso a Tarifário Social – Análise e Ratificação. -----

--b) Câmara Municipal – Tarifário de Resíduos Sólidos Urbanos – Análise e Ratificação. -----

--5. CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo – Proposta de Critério Imputação dos Encargos com Pessoal da CIMLT aos Municípios Associados (Art.º 22º, Lei nº 45/2008 de 27 de Agosto) – Análise e Aprovação -----

--6. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – CPCJ – Relatório de Actividades de 2008 – Análise. -----

--7. Protecção Civil – Planos de Segurança e de Emergência Internos – Escolas Básicas, Jardins, Ludoteca e Salas de Apoio do Concelho da Chamusca – Análise e Ratificação. -----

-----PRESENÇAS-----



Assembleia Municipal de Chamusca

--DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Verificadas as presenças e processadas as substituições legais e regimentais, registaram-se as ausências de Manuel João Aranha, e de Carlos José Pratas Silva, PS.-----

--DA CÂMARA MUNICIPAL: Registaram-se as presenças de: Presidente Sérgio Carrinho, Vice-Presidente Francisco Manuel Petisca Matias, Vereadores Dr.ª Manuela Marques e Joaquim Luís Nalha Condeço. -----

-----CORRESPONDÊNCIA-----

--Informado o Plenário da entrada das justificações e respectivos pedidos de substituição à presente Sessão de Fernando Manuel Lopes Silva Santos por Joaquim João Rosa Alcobia, PS, João Lino Marques Saramago por Diamantino Condeço, CDU-PCP/PEV, Pedro José Silva por Ivone Matias Carrinho, CDU-PCP/PEV e de José Augusto Faustino Conceição Carrinho por Rui Fernando Jesus Guedelha, PS. Foi ainda comunicada a entrada da carta de Pedro José Silva, CDU-PCP/PEV, datada de 3 de Março, comunicando que, por razões pessoais, não pode estar presente na Sessão Ordinária de 27 de Fevereiro de 2009. -----

-----ACTA Nº 2/2009-----

*--O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a Acta nº 2 da Sessão Ordinária de vinte sete de Fevereiro de 2009 que foi **Aprovada**, por unanimidade de presenças.-----*

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

--Ponto Nº 1 – Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas – Minuta de Contrato de Empréstimo com Direcção Geral do Tesouro – Análise e Aprovação. -----

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que este procedimento decorre da candidatura dos 2.500.000,00 apresentada no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas e necessita da aprovação da Assembleia Municipal, em minuta, afim de se enviarem os documentos ao Tribunal de Contas. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

--José Joaquim Jesus Braz, CDU-PCP/PEV, referiu ser a concretização de uma proposta exposta na Sessão anterior, com os mesmos termos mostrando agora os dados em concreto. Informou ainda que a sua bancada concorda com esta proposta.-----

--Nada mais ocorrendo o Senhor Presidente da Mesa colocou o ponto à votação tendo sido **Aprovado** por unanimidade de presenças e em minuta: -----

--Após apreciação da proposta e na sequência das deliberações dos Órgãos Municipais relativas ao Programa de regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), o Município de Chamusca, foi informado pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) através do ofício nº 003079 de 26 de Fevereiro, da elegibilidade da sua candidatura para o financiamento no montante de 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros). -----

--De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 191-A/2008, de 27 de Novembro, nomeadamente no ponto 11, o referido financiamento será repartido por um empréstimo de 1.500.000,00€ a contrair junto de uma instituição de crédito e 1.000.000,00 a obter junto do Estado, através da DGTF. -----

--As condições do financiamento com o Estado e a Instituição de Crédito seleccionada, nomeadamente a Caixa Geral de Depósitos já foram aprovadas pelos Órgãos Municipais. -----

--Assim, a Assembleia Municipal de Chamusca deliberou, por unanimidade de Presenças, ao abrigo da alínea d) do nº 2 do art. 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com redacção introduzida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

--**Aprovar** o teor da Minuta de contrato de empréstimo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

--**Aprovar** subseqüentemente a contratação dos Empréstimos de 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros) junto da Caixa Geral de Depósitos e de 1.000.000,00 (um milhão de euros) através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. -----

--**Mandar** o Presidente da Câmara Municipal para de acordo com a alínea c) do art.68ª da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei 5 – A/2002, de 11 de Janeiro, dar execução às deliberações agora efectivadas. -----

--**Ponto Nº 2. Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas – Contrato de Empréstimo com Caixa Geral de Depósitos – Análise e Aprovação.** -----

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal comentou de forma sucinta o referido contrato, que por não levantar dúvidas foi de imediato votado e **Aprovado** por unanimidade de presenças e em minuta: -----

--Após apreciação da proposta e na sequência das deliberações dos Órgãos Municipais relativas ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), tomadas em 14 e 31 de Janeiro de 2009, respectivamente, importa decidir no sentido da Aprovação do contrato de Empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, para o financiamento no montante de 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros). -----

--Assim, a Assembleia Municipal de Chamusca deliberou, por unanimidade de presenças, ao abrigo da alínea d) do nº 2 do art. 53º da 169/99, de 18 de Setembro, com redacção introduzida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **Aprovar** o teor do Contrato de Empréstimo a celebrar com a Caixa Geral de Depósitos. -----

--**Ponto Nº 3. Contrato Programa para Apoio à Construção de Infraestruturas da Zona Industrial da Parreira – Associação de Desenvolvimento Industrial da Freguesia da Parreira – Análise e Aprovação.** -----

--Os Senhores Presidente e Vice-Presidente mostrando-se muito satisfeitos com o trabalho apresentado pela Associação de Desenvolvimento Industrial da Parreira



Assembleia Municipal de Chamusca

explicaram o contrato programa, afirmando que este visa sobretudo a atribuição de apoio financeiro e administrativo para a execução das infraestruturas básicas. Trata-se de um processo muito particular, importante, sobretudo porque decorre num período de grande crise, e singular porque a Câmara Municipal não é o promotor directo mas sim um parceiro de uma Associação que lutou para ter a sua zona de actividades económicas. Acrescentaram ainda que dos vinte e seis lotes criados, nesta zona industrial, um será, como contrapartida, para a Câmara Municipal instalar a futura ETAR da Parreira. -----

*--Manuel Rodrigues António, Outra Força Melhor Futuro – PPD/PSD-CDS-PP, referiu a necessidade de uma zona industrial uma vez que há muitos industriais na Parreira, contou como nasceu a Associação e o projecto. Compraram um terreno e hoje têm os lotes todos vendidos e todos têm força de vontade para avançar e construir, deixando claro que nem sempre tem que ser a Câmara ou o Estado a fazer tudo, “**se as pessoas se unirem e tiverem vontade as coisas vingam**”. Mostrando-se muito animado diz que com este projecto se resolveu o problema dos empresários e também da Câmara Municipal, que agora já tem onde instalar a ETAR. Por fim deixa um convite a todos para que visitem a Parreira no próximo domingo, pois para além dos Passeio dos Motards que reunirá muita gente, há também pelas onze horas e trinta minutos o lançamento da 1ª Pedra da Zona Industrial da Parreira.-----*

--José Joaquim Jesus Braz, CDU-PCP/PEV, informa que a sua bancada irá votar favoravelmente este Contrato Programa, considera que este projecto ajuda a resolver algumas situações e é exemplo vivo de que com dinamismo, empenho, organização e luta pelas causas a população, não esperando sempre que os “poderes” resolvam tudo, consegue atingir objectivos.-----



Assembleia Municipal de Chamusca

--Nada mais ocorrendo o ponto foi colocado à votação e Aprovado por unanimidade de presenças.-----

--Ponto N° 4. a) **AR – Águas do Ribatejo, EIM / Águas e Saneamento – Tarifário e Acesso a Tarifário Social – Análise e Ratificação.** -----

--b) **Câmara Municipal – Tarifário de Resíduos Sólidos Urbanos – Análise e Ratificação.** -----

--Os Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal explanaram esmiuçadamente o assunto resumindo que foi deliberado pelo Conselho de Administração da AR – Águas do Ribatejo, EIM criar uma tarifa social a aplicar em 2009 a “consumidores domésticos que auferirem um rendimento per capita que não exceda o ordenado mínimo nacional, com consumos inferiores a cinco metros cúbicos, não pagam quota de serviço de abastecimento de água e saneamento. Os consumidores que gastarem entre seis a quinze metros cúbicos apenas pagam 50% dessa taxa.”-----

--CDU-PCP/PEV, José Joaquim Jesus Braz agradeceu o esclarecimento exaustivo e destaca que o processo, a ser instalado em seis autarquias da região, está relacionado com a economia de escala que prevê até 2015 um investimento de setenta e cinco milhões de euros muito importante porque garante a conservação, qualificação e melhoria das redes. Considera as tarifas sociais muito importantes e vantajosas, revestidas de carácter pedagógico encarando que assim, possivelmente, se limita o consumo de água e que visam também a protecção ambiental quando se fala em despoluir linhas de água, melhorar e garantir a origem das águas. Por fim comunicou que a sua bancada votará favoravelmente este Contrato Programa. -----

--António Manuel Gaudêncio Nunes, PS, pergunta se a quota de serviço se refere ao aluguer de contador.-----



Assembleia Municipal de Chamusca

--Explicando os Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal que o aluguer de contador acabou, entendendo-se que a quota de disponibilidade é uma “taxa” para garantir em qualquer momento que o serviço é prestado com a disponibilidade necessária, em resumo é a possibilidade de usufruir do serviço. -----

--António Manuel Gaudêncio Nunes, PS, disse gostar de deixar duas ideias expressas: -

“A primeira em relação à tarifa social, eu quero deixar expresso que concordo em absoluto com isto, só não concordo é com os 100% de isenção, porque isso é incentivar as pessoas a não se importarem que a torneira fique aberta. Por muito mínimo que fosse o custo acho, que toda a gente devia pagar o mínimo para ter a noção de que aquilo que está, o esquecimento da torneira aberta custa a alguém. Em relação às Águas do Ribatejo acho, que as Águas do Ribatejo deviam fazer jus ao nome que têm e “pegar o boi pelos cornos” o que é que eu quero dizer com isto? Se os senhores repararem, isto sem por em causa a sustentabilidade da empresa, que tem que ser sustentável, agora há é que ter coragem de se necessário para a sustentabilidade pôr a água mais cara, que se ponha a água mais cara, não se arranjam é para vender dois produtos que é saneamento e água até á data segundo disse o Senhor Vice-Presidente 19 itens de cobrança para dois produtos. Isto quanto a mim é forma encapuçada de fazer cobrança. É pá! Ponham a água mais cara e reduzam esta “macacada toda” a duas ou três coisas.”-----

--O Senhor Vice-Presidente esclareceu o Senhor Deputado de que a taxa social é só sobre a taxa de disponibilidade, a água que consomem, as pessoas pagam. Quanto ao número de itens estão relacionados com os níveis de consumo e também com o tipo de instrumento de contagem por isso é que existem os escalões.-----

--Em relação ao tarifário social o Senhor Deputado admitiu ter sido má interpretação



Assembleia Municipal de Chamusca

sua, mas em relação aos itens referia-se aos que constam na página 30 da proposta de Regulamento de Sistemas. -----

--Dizendo então o Senhor Vice-Presidente não ser esse o documento que está em discussão hoje, o Regulamento encontra-se sim em período de discussão pública.-----

--Também o Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio destacando que o referido Regulamento está em discussão pública e do ponto de vista formal todas as observações devem ser enviadas às Águas do Ribatejo. -----

--b) Câmara Municipal – Tarifário de Resíduos Sólidos Urbanos – Análise e Ratificação. -----

--O Senhor Vice-Presidente explicou sucintamente o novo Tarifário de Resíduos Sólidos Urbanos referindo que os preços não foram mudados e foi criado um limite, ou seja por vezes as pessoas ultrapassavam um determinado escalão e pagavam mais de resíduos sólidos urbanos do que água, agora com este novo modelo isso não vai acontecer. -----

--Nada mais surgindo o ponto 4 e respectivas alíneas foram colocados à votação, ocorrendo: -----

*--A alínea a) foi **Aprovada** por maioria de presenças, com um voto contra de António Manuel Gaudêncio Nunes, PS e uma abstenção de Rui Fernando Jesus Guedelha, PS.----*

*--A alínea b) foi **Aprovada** por unanimidade de presenças. -----*

--Ponto N.º 5. CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo – Proposta de Critério Imputação dos Encargos com Pessoal da CIMLT aos Municípios Associados (Art.º 22º, Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto) – Análise e Aprovação -----

--Presente a referida proposta e após a sua análise o Senhor Presidente da Mesa colocou-a à discussão.-----

--CDU-PCP/PEV, José Joaquim Jesus Braz, informou que esta proposta foi presente em Sessão da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo



Assembleia Municipal de Chamusca

tendo sido aprovada por unanimidade de presenças, assim as Câmaras transferem as verbas referentes a cada uma das rubricas das Grandes Opções do Plano. Pelo que considera que tendo sido já aprovado pela Assembleia Municipal o Regulamento, a Constituição e os Estatutos nada há que obstar em relação a esta Proposta. -----

*--Nada mais surgindo a Proposta foi colocada à votação e **Aprovada** por unanimidade de presenças. -----*

--Ponto Nº 6. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – CPCJ – Relatório de Actividades de 2008 – Análise. -----

--Segundo a Senhora Vereadora Dr.^a Manuela Marques este relatório retrata a Comissão, o que foi feito durante 2008, quem o fez, o número de processos, a idade das crianças em processo e o nome das entidades que as sinalizaram. Fez ainda a comparação entre os dados de 2007 e 2008 e nada mais acrescentou por considerar ser um documento de análise e bastante exaustivo.-----

*--Destacando o trabalho da CPCJ, José Joaquim Jesus Braz, CDU-PCP/PEV, considera-o muito importante tendo em conta a grave situação sócio económica em que as famílias vivem, as suas disfunções, os problemas de alcoolismo, toxicodependência. São problemas actuais cada vez mais graves que envolvem, entre outras, estas entidades, as escolas, as Juntas de Freguesia e Associações. Destaca sobretudo a importância do trabalho em rede e refere que **“alguns meninos são uns autênticos heróis oriundos das famílias que vêm”**e que o nosso dever é protegê-los e sinalizar todas as situações que conhecer-mos para que as entidades competentes possam ajudar a solucionar os problemas. -----*

--Ponto Nº 7. Protecção Civil – Planos de Segurança e de Emergência Internos – Escolas Básicas, Jardins, Ludoteca e Salas de Apoio do Concelho da Chamusca – Análise e Ratificação. -----



Assembleia Municipal de Chamusca

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou os Planos de Segurança e Emergência referindo os seus principais objectivos: - **“dotar as escolas de um nível de segurança eficaz; limitar as consequências de um acidente; sensibilizar os professores, funcionários e alunos para a necessidade de conhecerem e colocarem em prática, sempre que necessário, os procedimentos de emergência; co-responsabilizar todos os professores, funcionários e alunos para o cumprimento das normas de prevenção e segurança e preparar e organizar meios humanos e materiais existentes, de forma a minimizar ao máximo os efeitos de uma situação de emergência sobre pessoas e bens.”**

Realçou também a participação dos técnicos na elaboração destes Planos, assim como das escolas e dos outros sectores, como fundamental para a concretização deste trabalho. -----

--A Senhora Vereadora Dr.^a Manuela Marques informou que no âmbito do POPH (Programa Operacional Potencial Humano) em Setembro irá ser dada uma formação de segurança de edifícios a todo o pessoal que está nas escolas e nas IPSS. A formação terá duas partes, uma será administrada pela Protecção Civil e a outra pelo POPH.-----

--Os documentos de suporte da presente Sessão bem como os ficheiros áudio, como é usual, ficam arquivados para eventuais consultas. -----

--Deste modo se esgotou a presente Ordem de Trabalhos dando-se por encerrada a Sessão Extraordinária desta Assembleia Municipal, da qual se lavrou a presente Acta que, conjuntamente com os Senhores Presidente da Mesa e Segundo Secretário, passo a assinar. -----

José Joaquim Pardal Melão

Emídio José da Cruz Cegonho

Ana Cristina Frazão Costa